



PORTO AMAZONAS – PR

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO
AMAZONAS - PARANÁ - PR**

Educador Infantil

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2025

**CÓD: OP-129JN-25
7908403569670**

Língua Portuguesa

1. Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação, elementos de coesão, inferências, estrutura e organização do texto e dos parágrafos)	7
2. Som e fonema; Encontros vocálicos e consonantais; Dígrafos; Divisão silábica	14
3. Ortografia Oficial.....	16
4. Acentuação gráfica.....	17
5. Classes de palavras e seus empregos.....	18
6. Sintaxe da oração e do período; Tipos de Subordinação e Coordenação	24
7. Concordância nominal e verbal	28
8. Regência Verbal e Nominal	30
9. Emprego de sinal indicativo de crase.....	32
10. Sentido Conotativo e Denotativo; Relações de homonímia e paronímia	32
11. Tipologia textual	35
12. Pontuação	36
13. Estrutura e Processos de Formação de palavras.....	37

Matemática/ Raciocínio Lógico

1. Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições, valores lógicos das proposições, sentenças abertas, número de linhas da tabela verdade, conectivos, proposições simples, proposições compostas. Tautologia. estruturas lógicas.....	47
2. Lógicas de argumentação	50
3. Diagramas lógicos	54
4. Operação com conjuntos	54
5. Cálculos com porcentagens	57
6. Resolução de situações-problema	58
7. Equações e funções matemáticas (1º grau, 2º grau, exponencial)	61
8. Razão, proporção	69
9. Sequências numéricas	70
10. Análise combinatória	74
11. Estatística descritiva.....	77
12. Áreas e volumes.....	80

Conhecimentos Gerais

1. Noções gerais sobre História, Cultura, Geografia e Turismo em escala municipal, estadual e nacional.....	91
2. Atualidades sobre política, economia, sociedade, cultura, direitos humanos, esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, segurança, saúde e obras públicas	96

Conhecimentos Específicos

Educador Infantil

1. Psicologia da Educação	101
2. História da Educação.....	102
3. Filosofia e sociologia da educação	109
4. Plano Nacional de Educação	113
5. Lei nº 12.796, de 04.04.2013 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	129
6. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90.....	130
7. Pensamento Pedagógico Brasileiro.....	170
8. Projeto Político Pedagógico	170
9. Didática Geral e Prática de Ensino	172
10. Planejamento escolar	173
11. Pedagogia e autonomia	175
12. Organização e gestão da escola	175
13. Escola e cidadania	177
14. Alfabetização e letramento	178
15. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	179
16. Referencial Curricular do Paraná	220
17. Gestão Educacional.....	221
18. LDB.....	222
19. Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil	241
20. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica de 2013	243

LÍNGUA PORTUGUESA

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO (COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO; PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR; ARGUMENTAÇÃO, ELEMENTOS DE COESÃO, INFERÊNCIAS, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS)

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

– Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre

a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

— Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação

de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- Texto Argumentativo (Artigo de Opinião): Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- Texto Literário: Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

– Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

– Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

CONHECIMENTOS GERAIS

NOÇÕES GERAIS SOBRE HISTÓRIA, CULTURA, GEOGRAFIA E TURISMO EM ESCALA MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL

Fundação do Brasil

A descoberta do Brasil ocorreu em 22 de abril de 1500, quando uma frota portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral, em direção às Índias, aportou nas novas terras, iniciando o ciclo de expansão marítima de Portugal. A terra, inicialmente chamada de Terra de Vera Cruz, depois Santa Cruz, e finalmente Brasil, foi explorada com foco na concentração do pau-brasil, uma madeira avermelhada usada como corante na Europa, que deu nome ao território.

Expedições de exploração, comandadas por Gonçalo Coelho e Gaspar de Lemos, e patrulhas de defesa lideradas por Cristóvão Jacques, foram enviadas para mapear o litoral e combater invasores, especialmente franceses, garantindo assim a posse portuguesa. O sistema de feitorias, já usado nas relações comerciais na África e na Ásia, foi implantado para defesa e para o escambo do pau-brasil com os povos indígenas. A Coroa portuguesa concedeu a exploração do pau-brasil a Fernão de Noronha, que detinha o monopólio desta atividade.

Início da Colonização

A colonização efetiva do Brasil começou em 1530, com a expedição de Martim Afonso de Sousa, que trouxe o cultivo da cana-de-açúcar e a criação dos primeiros engenhos na cidade de São Vicente, no atual estado de São Paulo. Embora São Vicente tenha se destacado inicialmente, a produção de açúcar se concentrou no Nordeste, especialmente em Pernambuco, com um sistema econômico baseado em grandes propriedades (latifúndios), monocultura e trabalho escravo africano. O açúcar cultivado era destinado principalmente à exportação.

Ao lado da economia açucareira, o ciclo do gado se expandiu pelo agreste e sertão nordestino, bem como pela bacia do rio São Francisco. No século XVIII, o ciclo da mineração trouxe tona ouro e diamantes em Minas Gerais, promovendo uma ocupação mais intensa no interior. A sociedade mineradora apresentou uma diversidade maior, com a presença de comerciantes, artesões e funcionários da Coroa, contrastando com a sociedade rural açucareira.

Organização Política e Administrativa

Politicamente, o Brasil-colônia era administrado pela Coroa portuguesa. Para o comércio a ocupação, Portugal implementou, em 1534, o sistema de capitanias hereditárias, dividindo o território em grandes lotes, concedendo a particulares para exploração e povoamento. Contudo, somente as capitanias de São Vicente e Pernambuco prosperaram, e esse sistema foi extinto no século XVIII.

Em 1548, a Coroa criou o Governo-Geral para centralizar o controle administrativo da colônia. Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, recebeu amplos poderes e fundou Salvador, a primeira capital do Brasil, que abrigou o governo-geral até a mudança para o Rio de Janeiro em 1763. A administração local era gerida pelas câmaras municipais, compostas pelos colonos mais abastados, conhecidos como “homens bons”.

A Igreja Católica desempenhava um papel crucial, cobrando-se dos aspectos administrativos, da assistência social, da educação e da catequese dos povos indígenas. Entre as ordens religiosas, os jesuítas tiveram destaque na educação e catequese.

Invasões Estrangeiras

Durante o período colonial, o Brasil foi alvo de invasões estrangeiras, especialmente dos franceses, ingleses e holandeses. Em 1555, os franceses estabeleceram a França Antártica na ilha de Villegaignon, na baía de Guanabara, mas foram expulsos em 1567, em um confronto que envolveu Estácio de Sá, fundador do Rio de Janeiro. Entre 1612 e 1615, busquei novamente, dessa vez no Maranhão, fundando a colônia França Equinocial.

Os holandeses, motivados pelo interesse na produção de açúcar, invadiram a Bahia em 1624, sendo expulsos no ano seguinte. Em 1630, realizaram uma segunda invasão em Pernambuco e dominaram grande parte do Nordeste, governada por Maurício de Nassau entre 1637 e 1645. Com a Insurreição Pernambucana, os holandeses foram expulsos definitivamente do Brasil.

Expansão Territorial

No século XVI, expedições conhecidas como “entradas” exploravam o interior em busca de metais preciosos. No século seguinte, as bandeiras, expedições particulares, partiram sobretudo de São Paulo com o objetivo de capturar indígenas para a escravização, destruir quilombos de negros fugidos, como Palmares, e buscar ouro e pedras preciosas. A bandeira liderada por Domingos Jorge Velho destruiu o quilombo de Palmares em 1695, após quase cem anos de resistência.

As primeiras descobertas de ouro ocorreram no final do século XVII em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, onde surgiram vilas e povoações. A procura por riquezas também ampliou o território brasileiro, ultrapassando a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, que delimitava as posses portuguesas e espanholas. Tratados como o de Madri, assinados em 1750, consolidaram as fronteiras do Brasil, com Alexandre de Gusmão defendendo o princípio do *uti possidetis*, garantindo uma posse das terras já ocupadas por Portugal.

As revoltas coloniais no Brasil, a partir do século XVII, geralmente surgiram por interesses econômicos contrários. Entre os principais, destaque-se:

Revolta dos Beckman (1684) : no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio.

Guerra dos Emboabas (1708-1709) : conflito entre paulistas e “forasteiros” nas minas de ouro.

Guerra dos Mascates (1710) : tensão entre comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda.

Revolta de Vila Rica (1720) : liderada por Filipe dos Santos, contra impostos sobre mineração.

No século XVIII, duas revoltas ganharam destaque por seus objetivos políticos:

Conjuração Mineira (1789) : vencida por Tiradentes, buscava independência e uma república em Minas Gerais.

Conjuração Baiana (1798) : de caráter republicano e abolicionista, dirigida por artesões e soldados.

Em 1817, a Revolução Pernambucana também tentou instaurar uma república.

A Independência do Brasil foi proclamada em 1822, com a influência de José Bonifácio e apoio de D. Pedro I, após o descontentamento com a política de recolonização das Cortes portuguesas.

O Período Regencial (1831-1840), com o afastamento de D. Pedro I, foi marcado por revoltas regionais, como a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul e as rebeliões da Sabinada, Balaiada e Cabanagem.

Durante o Segundo Reinado de D. Pedro II, o país experimentou estabilidade e expansão econômica com o café e a industrialização inicial, além da abolição da escravidão em 1888, que culminou na queda da monarquia e proclamação da República em 1889.

A República Velha (1889-1930) foi dominada pela política do “café com leite” e marcada por conflitos, como as revoltas da Armada e a Coluna Prestes. A crise de 1929 impulsionou a Revolução de 1930, levando Getúlio Vargas ao poder e encerrando essa fase.

Brasil Colônia

O período do Brasil Colônia tem início em 22 de abril de 1500, com a chegada da frota comandada por Pedro Álvares Cabral, e se estende até a elevação do país à categoria de Reino Unido a Portugal em 1815. No entanto, alguns historiadores argumentam que essa fase colonial se encerra somente com a declaração da Independência em 7 de setembro de 1822.

Durante esses três séculos, a chegada dos portugueses transformou profundamente a vida dos povos indígenas que habitavam o território brasileiro. Logo após, os colonizadores começaram a trazer africanos para serem escravizados e trabalharem nas lavouras de cana-de-açúcar, equipamentos principalmente no nordeste, embora também houvesse plantações em outras regiões.

Esse período colonial também foi marcado pela atuação dos bandeirantes, grupos que realizavam expedições pelo interior do Brasil com o objetivo de capturar indígenas para escravização e explorar riquezas como ouro e pedras preciosas. Essas expedições avançaram para a expansão territorial do Brasil e para o avanço dos interesses coloniais portugueses no interior do continente.

Brasil Império

A fase imperial da história do Brasil começa com a proclamação da Independência em 1822, realizada por Dom Pedro, que se torna o primeiro imperador do país. No entanto, devido à falta de apoio político e preocupado em manter o

trono português, Dom Pedro I abdica em favor de seu filho, ainda criança. Com isso, inicia-se o Período Regencial, no qual o governo brasileiro foi administrado por regentes. Esse período foi marcado por intensas disputas políticas e revoltas em várias províncias, refletindo a instabilidade política e os conflitos regionais da época.

Segundo Reinado

O Segundo Reinado começa quando Dom Pedro II tem sua maioria antecipada e assume o trono imperial. Esta fase é caracterizada por uma estabilidade política interna relativa e um crescimento econômico significativo, principalmente devido à expansão das plantações de café, que se tornou a principal fonte de renda do país. Durante esse período, a questão da abolição da escravidão ganha força, sendo debatida extensamente na sociedade e culminando com a assinatura da Lei Áurea em 1888. A abolição da escravidão foi um fator determinante para a queda da monarquia, pois causou o descontentamento entre as elites agrárias e enfraqueceu o apoio ao regime monárquico, levando à Proclamação da República em 1889.

República Nova

Com a liderança de Getúlio Vargas, o Brasil instaurou um governo provisório em 1930 que durou até 1934. Vitorioso na Revolução Constitucionalista de 1932, Vargas convocou uma Assembleia Constituinte que, em 1934, executou uma nova constituição de caráter liberal. Em 1935, uma revolta militar conhecida como Intentona Comunista, liderada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), foi reprimida, mas serviu de pretexto para Vargas implementar um golpe de estado em 1937, fechando o Congresso e instaurando o Estado Novo, uma ditadura de viés corporativista e autoritário. Governando até 1945, Vargas foi deposto por um golpe militar, mas deixou como legado uma série de avanços trabalhistas e industriais, incluindo a criação da Companhia Siderúrgica Nacional.

Terceira República

Em 1945, o general Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente, modernizando infraestruturas e promovendo uma nova Constituição. Durante este período, consolidaram-se os principais partidos políticos da época: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Getúlio Vargas retornou à presidência em 1951, fundando a Petrobrás para consolidar o monopólio estatal do petróleo. Em meio a pressão política e uma crise intensa, Vargas suicidou-se em 1954.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek em 1955, teve início uma fase desenvolvimentista, marcada pela construção de Brasília e pelo impulso à indústria automobilística e às grandes hidrelétricas. Após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961, João Goulart assumiu a presidência em um clima de instabilidade política e social, até ser deposto pelo golpe militar de 1964.

Regime Militar

O regime militar instaurado em 1964 trouxe um forte aparato de segurança nacional, com medidas repressivas e a criação de dois partidos oficiais: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em resposta aos crescentes protestos, o governo prometeu o Ato Institucional nº

5, intensificando a repressão ao fechar o Congresso e instaurar censura. No entanto, o regime também investiu na infraestrutura, construindo a rodovia Transamazônica, a usina hidrelétrica de Itaipu e desenvolvendo o setor nuclear em parceria com a Alemanha.

Nos anos 1970, o governo de Ernesto Geisel iniciou um processo gradual de abertura política, culminando na anistia de exilados políticos e no fim do bipartidarismo. A década de 1980 viu o crescimento do movimento popular e sindical, com destaque para o movimento “Diretas Já”, que, embora sem sucesso imediato, levou à eleição indireta de Tancredo Neves, sucedida por José Sarney após sua morte em 1985.

Nova República

O governo de José Sarney (1985-1990) foi marcado pela implementação do Plano Cruzado para conter a inflação e pela promulgação da Constituição de 1988. Com o fracasso econômico, Fernando Collor foi eleito em 1989, mas seu governo foi abalado por denúncias de corrupção. e culminou em seu impeachment em 1992.

Itamar Franco, sucessor de Collor, implantou o Plano Real, que estabilizou a economia e permitiu a eleição de Fernando Henrique Cardoso, que governou de 1995 a 2002, promovendo a continuidade da estabilidade econômica. Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente e reeleito em 2006, priorizando políticas sociais.

Em 2010, Dilma Rousseff se tornou a primeira mulher eleita presidente do Brasil, com um discurso voltado à erradicação da pobreza e à criação de oportunidades.

PARANÁ – PR História do Paraná

Pré-História e Povos Indígenas

Os primeiros grupos humanos a habitar o atual território paranaense chegaram há aproximadamente 15 mil anos, conforme demonstram vestígios arqueológicos encontrados em diversas regiões do estado. Com a gradual elevação das temperaturas e aumento da umidade há cerca de 10 mil anos, populações caçadoras e coletoras se estabeleceram na área, incluindo grupos associados às tradições Humaitá e Umbu, além dos sambaquieiros, conhecidos por construírem grandes montes de conchas ao longo do litoral.

Cerca de 4 mil anos atrás, chegaram os proto-jê, povos agricultores e ceramistas vindos do Planalto Central do Brasil, que se integraram aos habitantes locais e deram origem aos caingangues e xoclengues. Já por volta de 2 mil anos atrás, os tupi-guaranis começaram a ocupar a região, inicialmente no norte e oeste, antes de expandirem sua presença para o Planalto de Curitiba e o litoral.

Na época da chegada dos colonizadores europeus, os guaranis (do tronco tupi-guarani) estavam concentrados no litoral e em partes do interior do Paraná, enquanto os caingangues (do tronco macro-jê) predominavam na maior parte do interior do estado.

Período Colonial

Com a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494, a porção oeste do atual Paraná ficou sob domínio espanhol, enquanto o litoral foi incorporado a Portugal. No século XVI, expedições portuguesas visitavam a costa do Paraná em busca de madeira de lei.

A colonização espanhola se intensificou em 1554 com a fundação da vila de Ontiveros, próxima ao Salto de Sete Quedas, substituída em 1557 pela Cidade Real do Guairá, situada na confluência dos rios Piquiri e Paraná. Em 1576, a Vila Rica do Espírito Santo foi fundada na atual região de Nova Cantu, sendo posteriormente deslocada devido a uma epidemia de varíola. No final do século XVI e início do XVII, missões jesuíticas foram estabelecidas para catequizar e proteger os indígenas, mas essas comunidades sofreram constantes ataques dos bandeirantes paulistas. Em 1629, quase todas as reduções jesuíticas foram destruídas, e, em 1632, os espanhóis abandonaram a região após a destruição de Vila Rica pelos bandeirantes.

Durante o século XVII, o ouro foi descoberto no litoral do Paraná, impulsionando a exploração do território pelos portugueses. Em 1648, Gabriel de Lara elevou Paranaguá à categoria de vila e, logo depois, instalou-se ali uma casa de fundição de ouro. No mesmo período, bandeirantes exploraram jazidas nos Campos de Curitiba, estabelecendo povoações que dariam origem à cidade de Curitiba em 1693.

Com o declínio da mineração, a economia do Paraná se voltou para a agricultura no litoral e a criação de gado no interior. O tropeirismo tornou-se a principal atividade econômica, conectando a região ao ciclo econômico das Minas Gerais por meio do Caminho Viamão-Sorocaba.

Período Imperial

Em 1811, foi criada a Comarca de Curitiba e Paranaguá, subordinada à Capitania de São Paulo. Após a independência do Brasil, a região permaneceu sob jurisdição paulista até 1853, quando Dom Pedro II sancionou a Lei Imperial nº 704, desmembrando o Paraná de São Paulo e criando a nova província. Curitiba foi escolhida como capital e, em 19 de dezembro de 1853, Zacarias de Góis e Vasconcelos assumiu como seu primeiro presidente.

No século XIX, a economia do Paraná se fortaleceu com o cultivo da erva-mate e a chegada de imigrantes europeus (poloneses, alemães, austríacos, ucranianos e italianos). No final do século, a construção de ferrovias impulsionou a indústria madeireira, conectando as matas de araucárias aos portos e centros consumidores.

Período Republicano

Com a proclamação da República em 1889, o Paraná tornou-se um estado da federação. No início do século XX, enfrentou conflitos como a Revolução Federalista (1893-1894) e a Guerra do Contestado (1912-1916), que envolveu disputas territoriais entre Paraná e Santa Catarina e confrontos entre camponeses e forças militares.

A partir da década de 1920, a colonização do norte do estado se intensificou com a chegada de migrantes paulistas e mineiros, enquanto o sudoeste e oeste foram ocupados por imigrantes gaúchos e catarinenses.

No período da Era Vargas (1930-1945), o Paraná passou por um forte processo de modernização sob a gestão de Manuel Ribas, com investimentos em infraestrutura, educação e transportes. Nas décadas seguintes, a ocupação territorial foi concluída e novas cidades foram fundadas.

Entre os principais governadores do Paraná ao longo do século XX e XXI, destacam-se Moisés Lupion, Ney Braga, José Richa, Álvaro Dias, Roberto Requião, Jaime Lerner e Ratinho Júnior, que assumiu em 2019 e foi reeleito em 2022.

Cultura do Paraná

A cultura do Paraná é influenciada pelos povos indígenas, pelos colonizadores europeus e pelos imigrantes de diversas partes do mundo. A culinária paranaense é rica em pratos como o barreado, o pierogi e o pinhão.

O Paraná também é conhecido por suas festas populares, como a Festa da Uva de Colombo e a Oktoberfest de Ponta Grossa. O estado também possui um rico patrimônio arquitetônico, com construções históricas como o Palácio Iguçu e a Catedral de Maringá.

Geografia do Paraná

O Paraná está localizado na região Sul do Brasil e faz fronteira com os estados de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e o Paraguai. O estado possui uma área de 199.298,981km².

Dados
Área Territorial ----- 199.298,981 km ² [2023]
População residente ----- 11.444.380 pessoas [2022]
Densidade demográfica ----- 57,42 hab./km ² [2022]
Matrículas no ensino fundamental ----- 1.365.869 matrículas [2023]
Número de municípios ----- 399 municípios

Localização e Relevô

O Paraná é atravessado ao norte pelo Trópico de Capricórnio e está situado entre os paralelos 22° 30' 58" S e 26° 43' 00" S, e os meridianos 48° 05' 37" W e 54° 37' 08" W. O estado possui quatro pontos extremos: ao norte, a Cachoeira do Saran Grande, em Jardim Olinda; ao sul, a nascente do Rio Jangada, em General Carneiro; a leste, a foz do Rio Ararapira, em Guaraqueçaba; e a oeste, o Porto Palacim, em Foz do Iguçu.

Mais de 52% do território do Paraná está acima dos 600 metros de altitude, enquanto 89% do estado está acima dos 300 metros. Apenas 3% do estado se encontra abaixo dos 200 metros de altitude. O relevo é caracterizado por extensos planaltos montanhosos, compondo as Serras do Mar e Geral. As regiões de menor altitude estão localizadas na baixada litorânea, que abriga planícies de aluvião, formações arenosas e morros cristalinos. No norte, a baixada se divide em duas partes devido à presença da Baía de Paranaguá, que apresenta um formato alongado.

Solos

Aproximadamente 40% do Paraná, principalmente no norte do estado, é coberto pela terra roxa, um dos solos mais férteis do Brasil. Essa condição favoreceu a expansão da cafeicultura desde a década de 1920. Por outro lado, os solos das regiões de floresta

e das formações campestres apresentam baixa fertilidade. Para tornar essas áreas mais produtivas, são utilizadas tecnologias avançadas de manejo e recuperação do solo.

Hidrografia

O Paraná possui cinco principais bacias hidrográficas: a do Rio Paraná, a oeste; a do Rio Paranapanema, ao norte; a do Rio Iguçu, ao sul; e as bacias do Atlântico Sudeste e do Atlântico Sul, ao leste. A maior parte dos rios do estado é afluente do Rio Paraná, sendo os mais extensos o Rio Paranapanema, que delimita a divisa com São Paulo, e o Rio Iguçu, que separa o Paraná de Santa Catarina e da Argentina. Ao oeste, o Rio Paraná estabelece a fronteira com o Paraguai, enquanto ao noroeste, o estado faz divisa com Mato Grosso do Sul. Pequenos rios que fluem em direção ao litoral desembocam no Rio Ribeira de Iguape, em São Paulo.

Clima

O Paraná apresenta três tipos climáticos, de acordo com a classificação de Köppen-Geiger:

- Clima Cfa (Subtropical úmido): predominante na planície litorânea e no oeste do estado, caracterizado por temperaturas médias anuais em torno de 19°C e índices pluviométricos de aproximadamente 1.500 mm anuais.

- Clima Cfb (Subtropical de altitude): presente nas regiões mais elevadas, abrangendo os planaltos cristalino, paleozoico e a porção leste do planalto basáltico. Possui temperaturas médias de 17°C e chuvas bem distribuídas ao longo do ano, com precipitação em torno de 1.200 mm anuais.

- Clima Cwa (Subtropical com invernos secos e verões quentes): ocorre no noroeste do estado, característico de regiões tropicais, com chuvas concentradas no verão e estiagem no inverno. A temperatura média anual é de aproximadamente 20°C, e a precipitação atinge 1.300 mm anuais. Durante o inverno, podem ocorrer geadas, especialmente em áreas de maior altitude, e, em algumas ocasiões, há registro de neve na região de Curitiba.

Meio Ambiente

Originalmente, 46% do Paraná era coberto por florestas tropicais da Mata Atlântica, incluindo formações latifoliadas e coníferas. A Floresta com Araucárias, característica do planalto cristalino, ocupa extensas áreas, sendo economicamente explorada. Seus remanescentes se concentram na planície litorânea, na encosta da Serra do Mar e em vales fluviais, como os dos rios Iguçu, Piquiri e Ivaí. Espécies importantes incluem o pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), imbuia, cedro e erva-mate.

Os campos naturais cobrem cerca de 9% do estado, sendo mais comuns no leste do planalto paleozoico, em regiões como Curitiba, Castro, Guarapuava e Palmas. Os cerrados, por sua vez, são menos expressivos, abrangendo menos de 1% da superfície estadual.

O Paraná conta com 29 unidades de conservação sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Entre elas, destacam-se 14 reservas biológicas, 5 parques nacionais, 3 florestas, 2 estações ecológicas, 2 áreas de proteção ambiental e 1 refúgio de vida silvestre. Quinze dessas unidades são administradas pelo governo federal por meio do IBAMA.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Educador Infantil

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

— Introdução

A Psicologia da Educação estuda o comportamento do ser humano no ambiente educacional, na busca pela compreensão acerca do funcionamento do processo de ensino e aprendizagem e no aprofundamento da investigação sobre as dificuldades de aprendizagem, criando ferramentas e estratégias com a finalidade de melhorar os processos de ensino, orientando professores e promovendo a inclusão.

— Comportamentalismo

O Comportamentalismo (Behaviorismo) é uma teoria psicológica baseada no estudo do comportamento humano a partir de estímulos, buscando entender a forma de resposta a esses estímulos, dentro do contexto em que o indivíduo está inserido. Podemos, portanto, destacar três aspectos centrais dessa teoria:

- 1 ▪ Ênfase no indivíduo;
- 2 ▪ Atenção ao comportamento organizacional e nos processos de trabalho;
- 3 ▪ O estudo comportamental.

Assim, a aprendizagem é definida como uma mudança de comportamento que se dá em resposta a estímulos ambientais. Esses estímulos podem ser positivos ou negativos.

Os estímulos positivos, também chamados de “recompensas”, possibilitam a criação de associações positivas entre a “recompensa” e um determinado comportamento, levando-o à repetição da ação.

Já os estímulos negativos ou “castigos”, provocam o efeito contrário, fazendo com que o indivíduo evite repetir essas ações, a partir da associação de certos comportamentos com tais estímulos.

— Cognitivismo

Diferentemente do Comportamentalismo, que estabelece certa semelhança entre seres humanos e outros animais, nos processos de aquisição de comportamentos a partir de estímulos, o Cognitivismo analisa os humanos como seres racionais, diferentes dos outros animais. Assim, essa teoria explora as complexidades da mente humana no processamento de informações, estabelecendo o comportamento como resultado do pensamento.

Dessa forma, a aprendizagem é considerada resultado das atividades mentais (pensamento, conhecimento, memória, motivação, reflexão e resolução de problemas), sendo avaliada através da demonstração de conhecimento e da compreensão.

— Gestalt

O termo, de origem alemã, significa “forma total” e está relacionado ao modo através do qual, percebemos as coisas. Nesse contexto, os processos de desenvolvimento e aprendizagem são entendidos como resultado do amadurecimento do sistema nervoso e das estruturas sensoriais do indivíduo que gradativamente, permitem o aumento de sua capacidade perceptora, podendo contribuir para auxiliar o professor na organização dos estímulos, facilitando o processo de percepção.

— Construtivismo

A escola construtivista baseia-se na criação de informações subjetivas por parte do aluno, a partir de sua própria interpretação do mundo, provocando a reestruturação de seu pensamento.

Desse modo, pode-se entender que o construtivismo adota uma abordagem focada no aluno, enquanto o professor assume o papel de guia do processo de aprendizagem.

A aprendizagem, na escola construtivista, é entendida como um processo de crescimento intelectual, baseado no conhecimento prévio do aluno e na aquisição de novos conhecimentos, adquiridos por meio das vivências e interpretações que ele estabelece com o meio à sua volta.

Dentro da abordagem construtivista, destacam-se duas vertentes: o **Construtivismo Social** e o **Cognitivo**, também chamado de **Neoconstrutivismo**. O primeiro, acredita que os alunos formulam suas hipóteses sobre o ambiente e as testam através de negociações sociais. Enquanto o **Construtivismo Cognitivo** ou **Neoconstrutivismo** se interessa pelo processo como ocorre a construção das hipóteses e da geração do conhecimento.

— Condutivismo

O Condutivismo baseia-se no Comportamentalismo ou Behaviorismo, que defende o controle dos comportamentos, portanto das **condutas** adotadas frente a associações estabelecidas com estímulos positivos ou negativos, de forma que os positivos incentivem a repetição das **condutas**, enquanto os negativos, inibam essa repetição.

— Inteligências Múltiplas

A teoria das Inteligências Múltiplas defende que o ser humano é capaz de desenvolver nove tipos de inteligências, porém, nem todos desenvolvem todas elas. Em geral, observa-se o desenvolvimento de uma ou duas. Através das Inteligências Múltiplas é possível retratar os vários comportamentos pelos quais as pessoas expõem suas habilidades de cognição. A tabela abaixo, apresenta os nove tipos de inteligência e suas características:

Tipo de Inteligência	Característica
Lógico-Matemática	Cálculos e raciocínio lógico.
Linguística	Aptidão para aprender idiomas e habilidades comunicativas.
Espacial	Compreender e elaborar imagens.
Físico-Cinestésica	Percepção e execução de movimentos corporais.
Interpessoal	Habilidades de oratória, compreensão e argumentação.
Intrapessoal	Capacidade de elaborar pensamentos, autoconhecimento.
Musical	Aprender a ler e compor música, aprender a tocar um instrumento.
Naturalista	Relacionar-se com a natureza, plantas e animais.
Existencialista	Relacionar-se com questões relativas à natureza humana e a existência.

— **Inteligência Emocional**

A Inteligência Emocional se desenvolve a partir das competências relacionadas a lidar com as emoções. Dentre elas, pode-se citar as **soft skills**, que tratam das interações estabelecidas entre as pessoas. A popularização da Inteligência Emocional se deu por intermédio do psicólogo inglês Daniel Goleman que descreveu-a como sendo a capacidade de gerenciamento das emoções, essencial para o desenvolvimento da inteligência de um indivíduo, contribuindo, inclusive, para um melhor desempenho profissional. O modelo de Goleman baseia-se em cinco pilares:

- **Autoconsciência:** capacidade de reconhecer as próprias emoções.
- **Autorregulação:** capacidade de lidar com as próprias emoções.
- **Automotivação:** capacidade de se motivar e de se manter motivado.
- **Empatia:** capacidade de enxergar as situações pela perspectiva dos outros.
- **Habilidades sociais:** conjunto de capacidades envolvidas na interação social.

— **Teoria da Aprendizagem Significativa**

O entendimento dos processos de aprendizagem modificou a formatação dos currículos que, mais do que a listagem dos conteúdos a serem trabalhados, hoje contempla também a determinação das metodologias mais adequadas a serem empregadas, de modo que atribuam a eles significância em relação ao contexto social que o aluno se insere, com objetivos que visam a formação ética, reflexiva e humanizada.

Assim, essa formação só é possível quando “os estudantes produzem sentidos e significados acerca de suas aprendizagens, de maneira contextualizada e protagonista, levando em conta o conhecimento prévio que trazem da esfera escolar e para além dela, aspectos que se observam na leitura dos relatos de prática dos professores.” (BNCC)

— **Aprendizado Experimental**

O Aprendizado Experiencial é um método pedagógico que utiliza experiências para possibilitar a aprendizagem, permitindo que o aluno vivencie na prática o objeto de estudo, atribuindo maior significância ao que se aprende. Essa metodologia é baseada nos seguintes fundamentos:

- 1 ▪ Aprender na prática.
- 2 ▪ Mudança no papel do professor, que deixa de ser o detentor do conhecimento e se torna um facilitador nas experiências dos alunos, os guiando para que possam chegar a resultados satisfatórios.
- 3 ▪ Capacidade de replicar o conhecimento.
- 4 ▪ Compreender os processos, além de teorias e conceitos abstratos.
- 5 ▪ Utilizar diversas formas de aprender.

Aprendizado Situado

O Aprendizado Situado pode ser entendido como uma metodologia que utiliza a experimentação em grupos, dentro do contexto social dos indivíduos, de modo a desenvolver uma aprendizagem significativa através de um processo de protagonismo dos alunos, permitindo a troca de conhecimento entre os membros do grupo, a partir da vivência adquirida.

Nesse contexto, é importante que se destaque três aspectos fundamentais do aprendizado classificado como situado:

- 1 ▪ Remete a pensamentos e ações das pessoas que acontecem em um mesmo espaço e tempo;
- 2 ▪ Refere-se a práticas sociais que envolvem a participação de outras pessoas;
- 3 ▪ Está atrelado a contextos sociais que funcionam como fonte de significados e conhecimentos.

— **Psicanálise e Psicologia histórico-cultural**

A psicologia histórico-cultural trabalha como a formação da consciência a partir das relações sociais. Com isso, se objetiva a aproximação entre o aluno e o objeto do conhecimento através de elementos pertencentes ao cotidiano dele, promovendo uma aprendizagem efetiva.

Nesse contexto, fica o professor responsável por mediar a interação entre o aluno e o objeto de conhecimento, democratizando o processo de ensino, descentralizando-o de sua figura, enquanto detentor do saber.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

— **Educação na Antiguidade**

A educação na Antiguidade apresenta grande diversidade, pois cada civilização antiga desenvolveu métodos e finalidades educacionais únicos, alinhados a seus valores e estruturas sociais. Nesta fase, o ensino era geralmente reservado para elites e, em grande parte, voltado para a transmissão de conhecimento religioso, cultural e militar.

A educação estava intrinsecamente ligada às crenças e ao papel que cada sociedade destinava ao aprendizado. As principais civilizações que influenciaram o desenvolvimento educacional na Antiguidade foram a Mesopotâmia, o Egito, a Grécia e Roma.



Mesopotâmia e Egito

Na Mesopotâmia e no Egito, a educação formal era restrita a uma pequena elite, especialmente ligada à administração e religião, e focava no aprendizado da escrita, aritmética e princípios religiosos.

- **Mesopotâmia:** Os sumérios, babilônios e assírios desenvolveram sistemas de escrita cuneiforme, e a educação formal na Mesopotâmia era oferecida em escolas chamadas edubbas, ou “casas das tábuas”, onde o ensino era centrado na formação de escribas, uma das profissões mais importantes da época. Os escribas desempenhavam papéis cruciais em atividades administrativas, religiosas e comerciais, e o ensino girava em torno de habilidades práticas como contabilidade, leis e registros comerciais.

- **Egito Antigo:** No Egito, a educação também era restrita a escribas, sacerdotes e membros da elite. A formação de escribas envolvia aprendizado dos hieróglifos, a complexa escrita egípcia, além de aritmética e conhecimento sobre mitologia e religião, que eram centrais para a cultura egípcia. O ensino acontecia em escolas ligadas a templos e palácios, e os alunos eram, em grande parte, treinados para assumir posições na administração pública ou na condução dos rituais religiosos.

Essas duas civilizações compartilhavam uma visão funcional da educação, com foco na capacitação para o trabalho administrativo e religioso, limitando o acesso ao aprendizado a uma minoria com poder e prestígio.

Grécia Antiga

A Grécia foi uma das primeiras civilizações a considerar a educação como um meio de desenvolver o potencial humano e promover a cidadania. A educação grega possuía diferentes características em cidades-estado como Atenas e Esparta, refletindo os valores distintos de cada uma.

- **Atenas:** Na cidade-estado de Atenas, a educação visava o desenvolvimento integral do cidadão, abrangendo aspectos intelectuais, físicos e morais. A paideia, como era chamada a formação ateniense, buscava preparar os jovens para a vida pública, enfatizando filosofia, artes, literatura, música e esportes. Os ensinamentos de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles deixaram marcas profundas na educação ocidental, introduzindo métodos de ensino baseados no diálogo e na reflexão crítica. A Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles são exemplos de instituições educacionais avançadas que buscavam compreender e discutir a natureza humana, a ética e a política.

- **Esparta:** Em Esparta, a educação era voltada para o treinamento militar e a disciplina, com ênfase na obediência, na resistência física e no espírito de sacrifício. Desde cedo, os meninos eram retirados de suas famílias para se prepararem para a guerra e a defesa da cidade-estado, enquanto as meninas também recebiam treinamento físico, pois se acreditava que mulheres fortes dariam à luz guerreiros fortes. Em Esparta, portanto, a educação era instrumental e orientada para as necessidades militares e coletivas, priorizando a lealdade ao Estado.

Esses dois modelos ▪ o humanista e cidadão em Atenas e o militar e disciplinado em Esparta ▪ ilustram as visões contrastantes de educação na Grécia Antiga, com efeitos duradouros sobre a filosofia educacional e as práticas pedagógicas no Ocidente.

Roma Antiga

A educação romana foi fortemente influenciada pela cultura grega, mas era mais pragmática, voltada para a formação de cidadãos capazes de contribuir para o império. A educação romana focava no ensino do direito, da oratória e da administração.

- **Influência Grega:** Os romanos adotaram muitos aspectos da educação grega, mas adaptaram a filosofia educacional para atender às necessidades do império. A educação visava preparar cidadãos para desempenhar funções administrativas, militares e jurídicas. A partir do período republicano, famílias ricas contratavam preceptores gregos para ensinar seus filhos, e o latim e o grego eram idiomas fundamentais na formação da elite.

- **Formação de Cidadãos e Líderes:** A educação romana para os meninos era dividida em três etapas: o ensino básico, ministrado por um *ludi magister* (mestre de escola), em que se aprendiam leitura, escrita e aritmética; o ensino médio, onde se estudavam gramática e literatura; e o ensino superior, onde se aprendia oratória e retórica, essenciais para quem pretendia ingressar na política ou no direito. A retórica era particularmente valorizada, e figuras como Cícero são exemplos do ideal de cidadão eloquente e bem-informado, capaz de influenciar a vida pública.

- **Educação das Mulheres:** Em geral, as mulheres romanas recebiam pouca educação formal, com foco no aprendizado doméstico e nas habilidades necessárias para gerenciar uma casa. As exceções ficavam por conta de famílias mais abastadas que valorizavam o aprendizado cultural.

A educação romana reforçava valores como a disciplina, a virtude e o serviço ao Estado, aspectos que sustentaram a coesão e a expansão do império romano.

A educação na Antiguidade reflete as necessidades e valores de cada sociedade, moldando cidadãos conforme os interesses da elite e dos governantes. Na Mesopotâmia e no Egito, o ensino era reservado a poucos, visando atender à administração religiosa e estatal.

Na Grécia, surge a valorização do desenvolvimento humano e da cidadania, especialmente em Atenas, enquanto Esparta focava na formação militar. Em Roma, a educação combinava influências gregas com uma perspectiva pragmática voltada para a administração do império e a oratória.

Esses modelos educacionais antigos foram fundamentais para o desenvolvimento das práticas pedagógicas que se expandiriam nos períodos posteriores e influenciam, de forma direta e indireta, a educação ocidental até hoje. A herança desses sistemas educacionais está presente na valorização da oratória, no desenvolvimento da filosofia, no conceito de cidadania e na disciplina e valorização do conhecimento como ferramenta de poder e controle.

— Educação na Idade Média

A Idade Média (aproximadamente do século V ao XV) foi um período de intensa influência religiosa sobre a sociedade europeia, com a Igreja Católica desempenhando um papel central na preservação e transmissão do conhecimento.

Durante essa época, a educação era controlada quase exclusivamente por instituições religiosas, e os métodos pedagógicos visavam essencialmente formar o clero e as elites, mantendo o conhecimento acessível apenas a uma parcela restrita da população.

Esse período, conhecido por muitos como “Idade das Trevas” pela visão restritiva em relação ao conhecimento científico, também viu o surgimento das primeiras universidades, estabelecendo as bases para a educação formal que se desenvolveria posteriormente.

Escolas Monásticas e Catedrais

Durante os primeiros séculos da Idade Média, as escolas monásticas e catedrais eram os principais centros de ensino, sendo operadas e supervisionadas pela Igreja Católica. Essas escolas tinham um forte foco religioso e eram voltadas à formação do clero.

▪ **Escolas Monásticas:** Desde o início da Idade Média, os mosteiros serviram como centros de educação e preservação do conhecimento. Monges beneditinos, em particular, desempenharam um papel essencial, seguindo a regra de São Bento, que previa a prática do trabalho manual e do estudo religioso. Nos mosteiros, o ensino era limitado à leitura, à escrita e ao latim, com ênfase na cópia de manuscritos, o que ajudou a preservar obras clássicas da Antiguidade, embora o foco fosse na teologia e nos textos sagrados.

▪ **Escolas Catedrais:** A partir do século IX, escolas começaram a ser estabelecidas junto às catedrais, especialmente após a reforma educacional promovida por Carlos Magno no Sacro Império Romano. Essas escolas eram ligadas diretamente à Igreja e destinadas à formação de padres e à educação de filhos de nobres. Nas escolas catedrais, os currículos eram baseados no trivium (gramática, retórica e lógica) e no quadrivium (aritmética, geometria, música e astronomia), que eram os componentes das chamadas artes liberais, um modelo de conhecimento herdado da Antiguidade e considerado essencial para a formação de um clérigo ou de um membro da elite.

Essas escolas cumpriram um papel importante na preservação do conhecimento, ainda que o ensino fosse limitado e geralmente reservado aos que tinham ligação com a Igreja ou com a aristocracia.

Universidades Medievais

A partir do século XII, surgiram as primeiras universidades na Europa, estabelecendo uma nova estrutura educacional mais ampla e organizada. As universidades medievais tinham como base as escolas catedrais, mas rapidamente se tornaram independentes, abrindo espaço para o ensino de uma variedade de disciplinas.

▪ **Origem e Desenvolvimento:** As primeiras universidades foram fundadas em cidades como Bolonha, Paris e Oxford, com o objetivo de sistematizar o ensino superior, permitindo que estudantes de diferentes regiões e origens sociais pudessem estudar juntos. Essas universidades surgiram a partir da necessidade de

uma estrutura mais organizada de ensino, especialmente para disciplinas como Direito, Teologia e Medicina, que tinham grande demanda na época.

▪ **Estrutura e Organização:** As universidades medievais eram organizadas em faculdades, cada uma responsável por uma área de conhecimento. Entre as principais faculdades, estavam as de Artes, Teologia, Direito e Medicina. Em geral, os estudantes ingressavam pela Faculdade de Artes, onde estudavam as artes liberais, antes de prosseguir para faculdades mais especializadas. A Faculdade de Teologia era especialmente prestigiada, devido à sua conexão com a Igreja, e exigia muitos anos de estudo e formação rigorosa.

▪ **Método de Ensino:** O método pedagógico predominante era a leitura e interpretação de textos, especialmente de obras de autores clássicos e textos religiosos. A relação entre professor e aluno era hierárquica, e o aprendizado envolvia muita memorização. Havia também o método da disputa, em que temas eram debatidos em público, permitindo que os estudantes desenvolvessem habilidades retóricas e argumentativas.

As universidades medievais foram essenciais para a consolidação do ensino superior na Europa e influenciaram a formação de profissionais e pensadores, preparando o terreno para a expansão intelectual que marcaria o Renascimento.

Escolástica

A escolástica foi o principal método filosófico e pedagógico da Idade Média, fundamentando-se no diálogo entre a fé e a razão. Esse método, impulsionado principalmente por teólogos e filósofos católicos, buscava harmonizar as crenças religiosas com a lógica e a filosofia, particularmente a filosofia de Aristóteles.

▪ **Origens e Principais Representantes:** A escolástica surgiu a partir do século IX, mas ganhou destaque entre os séculos XII e XIII, com pensadores como Santo Anselmo, Pedro Abelardo e Santo Tomás de Aquino. Esse último é considerado um dos maiores expoentes da escolástica, especialmente por sua obra *Suma Teológica*, na qual buscou conciliar o pensamento aristotélico com os princípios do cristianismo.

▪ **Método Escolástico:** O método escolástico consistia em expor questões ou temas e, em seguida, apresentar argumentos pró e contra, para então chegar a uma conclusão. O objetivo era formar uma síntese racional e coerente entre as Escrituras e a filosofia. Nas universidades medievais, o método escolástico era amplamente utilizado em debates acadêmicos e nas aulas de Teologia e Filosofia, e os textos de Aristóteles eram amplamente estudados e interpretados à luz da fé cristã.

▪ **Influência e Crítica:** A escolástica foi importante para o desenvolvimento do pensamento crítico e da lógica na Idade Média, mas também recebeu críticas por seu caráter rígido e pela excessiva ligação com a Igreja. No entanto, foi a base para a filosofia medieval e ajudou a introduzir um rigor lógico que influenciou profundamente a educação superior.

A escolástica foi um dos métodos educacionais mais influentes na Idade Média, moldando a pedagogia e o pensamento da época, embora viesse a ser superada pela expansão do racionalismo e do empirismo nos séculos posteriores.

A educação na Idade Média estava diretamente associada à Igreja, que mantinha controle sobre o ensino e sobre o acesso ao conhecimento. As escolas monásticas e catedrais permitiram